



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal de Campina Grande**  
**Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários**  
**Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em**  
**Economia Solidária no Semiárido Paraibano**

**Microcrédito na Perspectiva da Economia Solidária no Município**  
**de Picuí - Paraíba**

**Aracélia Azevedo Pinheiro**

**CUITÉ – PB**  
**2017**

**Aracélia Azevedo Pinheiro**

**Microcrédito na Perspectiva da Economia Solidária no Município  
de Picuí - Paraíba**

Monografia apresentado ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obter o título de Especialista.

**Orientador:** Prof. Dr. José Carlos Oliveira Santos

**CUITÉ – PB**  
**2017**



Biblioteca Setorial do CES.

Julho de 2021.

Cuité - PB

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE  
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

**P654m**      **Pinheiro, Aracélia Azevedo.**

**Microcrédito na perspectiva da economia solidária no município de Picuí - Paraíba. / Aracélia Azevedo Pinheiro. – Cuité: CES, 2017.**

**33 fl.**

**Monografia (Especialização em educação de jovens e adultos com ênfase em economia solidária no semiárido paraibano) – Centro de Educação e Saúde / UFCEG, 2017.**

**Orientador: Dr. José Carlos Oliveira Santos.**

**1. Economia solidária. 2. Microcrédito. 3. Renda. I. Título.**

**Biblioteca do CES - UFCEG**

**CDU 330.873**

Aracélia Azevedo Pinheiro

**Microcrédito na Perspectiva da Economia Solidária no Município  
de Picuí - Paraíba**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, para obtenção do título de Especialista, conforme a apreciação da Banca Examinadora.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. José Carlos Oliveira Santos - Orientador  
UABQ/CES/UFCG

---

Profa. Dra. Marisa de Oliveira Apolinário - Membro  
UABQ/CES/UFCG

---

Profa. Dra. Michelle Gomes Santos - Membro  
UABQ/CES/UFCG

UFCG/BIBLIOTECA

Dedico este trabalho...  
À minha família e amigos

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, por sempre está ao meu lado, protegendo-me e abençoando.

Agradeço ao meu grande amor e heroína minha mãe Maria Avani Azevedo, que é minha fonte de inspiração, meu pilar de sustentação. Obrigada mainha, por está sempre ao meu lado, orientando-me a caminhar com dignidade e a driblar as pedras no meu caminho com coragem e fé. Obrigada por enxugar minhas lágrimas e me fazer sorrir novamente.

À minha filha Arícia e ao meu esposo Kennedy, pelo amor e carinho que sempre me dedicam.

Agradeço a minha irmã Aricélia pelas palavras de apoio, conselhos e orações.

Agradeço aos amigos que conquistei ao longo do curso: Marly, Ozineide, Josivania e Carlos. O companheirismo de vocês foi essencial na conclusão dessa vasta jornada de conhecimento rumo aos saberes da educação.

PINHEIRO, A. A. **Microcrédito na Perspectiva da Economia Solidária no Município de Picuí - Paraíba**. 2017. 33 p. Monografia (Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano) – Universidade Federal de Campina Grande. Cuité, 2017.

## RESUMO

Apesar da expansão do empreendedorismo no Brasil, as linhas de crédito bancário privilegiam as classes altas, além de operacionalizarem com juros altos. Desse modo, as classes de baixa renda estão à margem do setor bancário tradicional. Através desse novo viés, pensando modelos econômicos alternativos e mais sustentáveis, surge um programa que visa o crescimento e desenvolvimento social e econômico do Brasil. O Programa CrediAMIGO, um programa de microcrédito produtivo e orientado operacionalizado pelo Banco do Nordeste, que tem como objetivo subsidiar o acesso ao microcrédito para empreendedores informais e familiares. O presente trabalho busca analisar o microcrédito, tendo como parâmetro, a Economia Solidária. Para o desenvolvimento da pesquisa aplicou-se questionários com grupos solidários, que acessam o microcrédito do Banco do Nordeste, em Picuí, Paraíba, averiguando se o referido microcrédito pode ser considerado um modelo de suporte a Economia Solidária. Notamos que o programa CrediAmigo representa uma oportunidade justamente para a população de baixa escolaridade, tendo em vista a facilidade e ampliação do acesso ao crédito de forma desburocratizada, reflete a inclusão social e geração de renda e trabalho. Desse modo o microcrédito e a Economia Solidária tem um papel muito importante para o desenvolvimento, ganhando espaço prioritário para atingir as necessidades e carências de empregos, podendo gerar um desenvolvimento que eleva a qualidade de vida da população local de Picuí, permitindo acessos a serviços e oportunidades, até então desconhecidas, ainda que necessárias, para a satisfação das necessidades básicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Solidária, Microcrédito.

PINHEIRO, A. **Microcredit in the Perspective of the Solidarity Economy in the Municipality of Picuí - Paraíba**. 2017. 33 p. Monografia (Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano) – Universidade Federal de Campina Grande. Cuité, 2017.

#### ABSTRACT

Despite the expansion of entrepreneurship in Brazil, bank credit lines privilege the upper classes, in addition to operating with high interest rates. In this way, low-income classes are on the margins of the traditional banking sector. Through this new bias, thinking of alternative and more sustainable economic models, a program emerges that aims at the growth and social and economic development of Brazil. The CrediAMIGO Program, a productive and oriented microcredit program operated by Banco do Nordeste, which aims to subsidize access to microcredit for informal entrepreneurs and family members. The present work seeks to analyze microcredit, having as parameter, the Solidarity Economy. For the development of the research, questionnaires were carried out with solidarity groups, who access the microcredit of Banco do Nordeste, in Picuí, Paraíba, ascertaining whether this microcredit can be considered a model of Solidarity Economy support. We note that the CrediAMIGO program represents an opportunity for the low-educated population, in view of the easiness and broadening of access to credit in a bureaucratized way, reflects social inclusion and generation of income and work. In this way microcredit and Solidary Economy play a very important role in development, gaining priority space to meet the needs and shortages of jobs, and can generate a development that increases the quality of life of the local population of Picuí, allowing access to services and Opportunities, hitherto unknown, even if necessary, to meet basic needs.

**Keywords:** Solidary Economy, microcredit.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Estrutura das microfinanças no Brasil.....	19
<b>Figura 2.</b> Escolaridade dos entrevistados.....	23

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 Educação de Jovens e Adultos.....	12
2.2 Economia Solidária.....	14
2.3 Microcrédito .....	17
3. METODOLOGIA.....	21
3.1 Localização da Pesquisa.....	21
3.2 Público Alvo da Pesquisa.....	21
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
6. REFERÊNCIAS.....	28
APÊNDICE.....	31

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país onde o empreendedorismo se destaca como forma de sobrevivência, crescimento de desenvolvimento de muitos brasileiros. Apesar da expansão do empreendedorismo no Brasil, as linhas de crédito bancário privilegiam as classes altas, além de operacionalizarem com juros altos. Desse modo, as classes de baixa renda estão à margem do setor bancário tradicional.

O estudo do empreendedorismo para o novo século certamente incorporará temáticas da dinâmica social na qual ele está inserido. Desse modo, as transformações que vêm ocorrendo nas sociedades, tanto ocidental quanto oriental, indicam a formação de uma nova configuração social onde a diversidade é um elemento presente. A figura do empreendedor como aquela representada por um homem de meia idade aparece na atualidade em formas mais diversas, variando de acordo com a idade, gênero e forma de sociedade.

Ocorre que, as classes de baixa renda e baixa escolaridade são detentores de uma parte bem significativa de pequenos empreendimentos, administrando-os de forma empírica, ou seja, conforme ganham experiência ao longo de suas jornadas como empreendedores. Outra característica predominante é a informalidade dos empreendimentos, fator que dificulta o acesso ao crédito nos bancos convencionais (BARONE e SADER, 2008).

Desse modo a educação configura-se como base fundamental de um país, para que todos os atores sociais se consolidem em espaços mais igualitários e menos excludentes. Ambientes de exclusão, onde classes elitizadas têm voz ativa, e a classe pobre, na maioria das ocasiões fica à margem de uma sociedade excludente, conforme percebe-se nos sistemas de atendimento de instituições financeiras convencionais.

Portanto políticas públicas eficazes, que garantam o direito do cidadão a educação de jovens e adultos, tornam-se prioridade para amenização da exclusão social e econômica no país. Como também, é de suma importância um novo olhar para uma forma de economia mais justa e menos opressora como a capitalista.

Um grande desafio faz-se necessário, a junção da Economia Solidária ao acesso dos pobres a sistemas financeiros, como o acesso ao microcrédito que pode conduzir as classes menos favorecidas a prosperarem.

Através desse novo viés, pensando modelos econômicos alternativos e mais sustentáveis, surge um programa que visa o crescimento e desenvolvimento social e econômico do Brasil.

O Programa CrediAMIGO, um programa de microcrédito produtivo e orientado operacionalizado pelo Banco do Nordeste, que tem como objetivo subsidiar o acesso ao microcrédito para empreendedores informais e familiares, tendo como garantia o aval solidário, onde cada membro de um grupo de tomadores de empréstimo garante o pagamento dos demais membros do grupo (NERI e MEDRADO, 2005).

Nessa perspectiva, as experiências inovadoras podem ser avaliadas e valorizadas tanto pela sua dimensão de processos de construção de novos paradigmas e novos atores sociais, de fortalecimento da democracia e da cidadania, quanto pelos resultados que proporcionam em termos de melhoria da qualidade de vida.

É nesse registro que podemos identificar e valorizar o sentido maior atribuído aos esforços de elaboração teórica e prática sobre uma multiplicidade de experiências e iniciativas em áreas como economia solidária, microcrédito, desenvolvimento local, redes horizontais de solidariedade, cooperativas de produção e consumo, habitação, saúde, educação etc.

Paul Singer (2002) introduz novos elementos quando põe a Economia Solidária como alternativa para a superação do modelo capitalista, atrelando este argumento à necessidade do Estado desempenhar um novo papel: ser incentivador e dar suporte aos negócios por meio de compras públicas, promovendo capacitação técnica, oferecendo microcrédito, etc., como uma das formas de redistribuição de renda, tornando os Empreendimentos de Economia Solidária sustentáveis economicamente.

Desse modo o presente trabalho busca analisar o microcrédito, tendo como parâmetro, a economia solidária. Para o desenvolvimento da pesquisa aplicou-se questionários com grupos solidários, que acessam o microcrédito do CrediAMIGO – Banco do Nordeste, em Picuí, Paraíba, averiguando se o referido microcrédito pode ser considerado um modelo de suporte a economia solidária.

Esse estudo tem como objetivo averiguar se o microcrédito é uma forma de Economia Solidária no Município de Picuí/PB. Dentre os objetivos específicos, destaca-se:

- Conhecer o perfil do público que acessa o microcrédito;
- Analisar qual o impacto social, após o acesso ao crédito;
- Diagnosticar se a metodologia do CrediAMIGO é um projeto de Economia Solidária.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Educação de Jovens e Adultos

A educação é a base fundamental de um país, para que todos os atores sociais se consolidem em espaços mais igualitários e menos excludentes. Ambientes de exclusão, onde classes elitizadas têm voz ativa, e a classe pobre, na maioria das ocasiões fica a margem de uma sociedade excludente, conforme percebe-se nos sistemas de atendimento de instituições financeiras convencionais.

A educação de adultos compreende todo e qualquer tipo de educação destinada às pessoas consideradas adultas pela sociedade a que pertencem, onde através de um processo de aprendizagem, formal ou não, possibilita que essas pessoas enriqueçam os seus conhecimentos e/ou melhorem suas qualificações profissionais e técnicas (OLIVEIRA, 2007). No inciso VII do Artigo 4<sup>a</sup> da LDBEN/96 está disposto: a "oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola".

Nesta perspectiva, Arroyo (2007) contribui afirmando que:

*"A visão reducionista com que, por décadas, foram olhando os alunos de EJA – trajetórias escolares truncadas, incompletas – precisará ser superada diante do protagonismo social e cultural desses tempos da vida. As políticas de educação terão de se aproximar do novo equacionamento que se pretende para as políticas da juventude. A finalidade não poderá ser suprir carências de escolarização, mas garantir direitos específicos de um tempo de vida. Garantir direitos dos sujeitos que os vivenciam." (ARROYO, 2007, p. 21).*

Por isso, a estrutura do sistema educacional brasileiro implica em articulações para desenvolver a EJA, pois, tendo políticas públicas voltadas a esta modalidade de educação garantidas pela LDBEN / 96, o diálogo e a capacitação com os sistemas estaduais e municipais de educação para a oferta com qualidade da EJA são fundamentais, tendo em vista sua enorme demanda que se estende por todo o país. Além disso, entendemos que a constituição histórica da EJA no Brasil pressupõe também considerar em todos os seus processos político-educativos.

Desse modo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), deve ser compreendida como um direito público. Mas a assunção da educação como direito público subjetivo amplia a dimensão democrática da educação, sobretudo quando toda ela é declarada, exigida e protegida para todo o ensino fundamental em todo território nacional. Isto,

sem dúvida, pode cooperar com a universalização do direito a educação fundamental e gratuita. O direito público subjetivo auxilia e traz um instrumento judicial, institucional capaz de transformar este direito num caminho real de efetuação de uma democracia educacional (CURY *et al.*, 2001).

Conforme Paiva (2005), historicamente, nem sempre o direito a educação esteve resguardado. Apesar da formulação do texto constitucional, no entanto, não se fez prática. A forma como as políticas públicas conceituam a EJA, e como vem desenvolvendo ações como oferta pública merece atenção, especialmente quando vinculam ações de educação ao utilitarismo do voto, ou defendem esse último, sem precisar da primeira. Embora pareça ultrapassada essa problemática no “país” que não chega a ser moderno, a utilidade do voto, ainda consegue sobrepor-se a oferta da alfabetização. Por sua vez, a escolarização de jovens e adultos pode ser considerada em toda sua trajetória como proposta política redimensionada à plataforma de governo na tentativa de elucidar de um problema decorrente de lacunas do sistema de ensino regular. Sendo assim, muitas confusões surgem nas definições encontradas na literatura acerca da nomenclatura de EJA. Não significa que essa modalidade de ensino, hoje educação de jovens e adultos, tenha diferentes definições, mas pela própria evolução da EJA no Brasil e no mundo nas diferentes faces do desenvolvimento histórico da sociedade, o tratamento dos termos associados foi-se confundindo e se configurando como complementação de escolarização (FRIEDRICH *et al.*, 2010).

A Educação de Jovens e Adultos relaciona-se com vários temas, entre eles: a questão da pobreza e das desigualdades, a questão das ONGs, comunicação e informação, mudanças climáticas, migrações (refugiados e imigrantes em situação “irregular”), interculturalidade, empregabilidade e sobrevivência, economia solidária e, certamente, a educação como direito humano, como “direito à educação emancipadora”, como defende o Fórum Mundial de Educação (DEFOURNY, 2009).

A Educação de Adultos é o espaço da diversidade e de múltiplas vivências, de relações intergeracionais, de diálogo entre saberes e culturas. Ao lado da diversidade está também a desigualdade que atinge a todos, sobretudo num país injusto como o nosso: negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços, homens, mulheres, jovens, adultos, idosos, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, agricultores, pantaneiros, camponeses, sem terra, sem teto, sem emprego das periferias urbanas e dos campos. A diversidade pode ser considerada como uma grande riqueza, mas a desigualdade social e econômica é a nossa pobreza maior. O mapa do analfabetismo é o mesmo mapa da

pobreza, onde falta tudo, não só acesso à educação. Por isso, a luta pelo direito à educação não está separada da luta pelos demais direitos. E não basta oferecer um programa de Educação de Adultos. É preciso oferecer condições de aprendizagem, transporte, locais adequados, materiais apropriados, muita convivência e também bolsas de estudo. Há, em nosso país, muitas bolsas de estudo para pós-graduados que se dedicam, exclusivamente, aos estudos, e nenhum auxílio para os analfabetos que precisam trabalhar para se sustentar e enfrentam as piores condições de estudo (GADOTTI, 2013).

Crianças, jovens e adultos podem aprender juntos muitas coisas. A idade não é o único critério para organizar as aprendizagens. Todos aprendem juntos, “mediados pelo mundo”, dizia Paulo Freire (GADOTTI, 2013). Não devemos estabelecer limites entre o escolar, o não escolar, o formal, o informal e o não formal. Devemos criar comunidades de aprendizagem onde todos aprendem juntos, independentemente da idade, sem segmentação, mas articuladamente. Trata-se de aprender para a vida e para o bem viver. A meta não deve ser mais declarar um país livre do analfabetismo, mas universalizar a Educação Básica.

## **2.2 Economia Solidária**

O Capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a toma-lo como natural ou normal. O que significa que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos: cada produto deve ser vendido em numerosos locais, cada emprego deve ser disputado por numerosos pretendentes, cada vaga na universidade deve ser disputada por numerosos vestibulandos, e assim por diante.

Em oposição ao modelo de economia capitalista que visa a competitividade e consequentemente as desigualdades, surge um novo paradigma de economia, a economia solidária, que segundo Singer (2002): “É como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se são pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo o mundo faz o que precisa”.

Conforme a concepção do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE.), no Brasil a Economia Solidária ressurgiu como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho no final do século XX. Nas três últimas décadas, as relações capitalistas de trabalho foram fragilizadas pelas mudanças estruturais, econômicas e sociais que ocorreram. Numa conjuntura de desemprego, informalidade e precarização das relações formais, os trabalhadores para garantir sua sobrevivência passaram a sujeitar-se a ocupações que implicavam abdicação de seus direitos sociais (GAIGER, 1999).

A Economia Solidária se refere ao conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. Esse conceito refere-se à situação em que os membros das organizações participam efetivamente da autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, dentre outros requisitos. Por isso, os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação (RAZETO, 1993).

Além da autogestão, a Economia Solidária tem como fundamento a cooperação entendida como a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços.

Uma das novidades promissoras da economia solidária reside em suas possibilidades de superar o padrão de subordinação e de vulnerabilidade das formas típicas de economia dos setores populares, como a informalidade, as ocupações por conta própria, as microempresas e a agricultura familiar. Para cumprir essa expectativa, é necessário vencer questões e tarefas propriamente econômicas, cuja identificação e análise, todavia, vêm deparando-se com um paradoxo: por um lado, existe um reconhecimento cada vez maior quanto ao papel das pequenas unidades econômicas, como fontes de trabalho e como elementos dinâmicos do desenvolvimento. O empreendedorismo já não é visto como um traço peculiar típico das grandes empresas, inclusive no que se relaciona à capacidade de inovação, que estaria crescendo em empresas menores desde o pós-guerra. Por outro lado, os arranjos autônomos e associativos de produção de bens e serviços, como aqueles que se perfilam sob a economia solidária, têm merecido uma atenção inexpressiva. Salvo exceções muito recentes, ficam relegados a uma posição secundária e subalterna nas políticas voltadas ao empreendedorismo de pequeno porte e na compreensão vigente a respeito. Geralmente, as iniciativas de apoio a esse campo ou se restringem às organizações

maiores, notoriamente as grandes e médias cooperativas, ou desconsideram as especificidades essenciais dos empreendimentos associativos e os tratam como as empresas convencionais de capital privado.

É uma mistificação pensar que as relações internas dentro de uma comunidade estão suspensas das determinações do capitalismo e que a ‘economia solidária’ poderia forjar, de forma independente, um tipo de racionalidade peculiar. Para superar a ideologia capitalista e fazer submergir qualidades autenticamente humanas, é preciso um movimento que abarque a totalidade social e que não se restrinja à comunidade, isto é, que não se limite à posição de que a “racionalidade assenta na comunidade de trabalho [...], a qual funda-se em vínculos de reciprocidade, que diluem as eventualmente rígidas fronteiras entre interesses individuais e coletivos” (VERONESE e GUARESHI, 2005, p. 66).

Por meio dessa análise, identificamos nas teses da ‘economia solidária’ um elevado grau de voluntarismo que, por sua vez, pode ser relacionado diretamente com uma posição filosófica idealista. Essa perspectiva relega a apreensão da totalidade social em prol de aspectos avulsos: o “idealismo subjetivo, a partir da chamada a prioridade desta ou daquela atitude em face da realidade, cria ‘mundos’ especialíssimos, isolados um do outro; esta criação aparece, com particular evidência” (LUKÁCS, 2003, p. 160). Com a vigência desse recurso, a perspectiva de universalidade é desmerecida e o que resulta da análise teórica da realidade são representações falsas ou distorcidas.

A diferença competitiva entre as empresas capitalistas e as organizações da ‘economia solidária’ poderia ser suprimida, nesse sentido, pela aderência de sentimentos que conduzissem a processos motivacionais de trabalho. Seria a partir do melhor aproveitamento dessas qualidades subjetivas potencialmente presentes nesses tipos de organizações, que a ‘economia solidária’ utilizar-se-ia de importantes recursos típicos da fase atual capitalismo: “Tais empreendimentos encontram potencialmente no trabalho coletivo e na motivação dos trabalhadores que os compõem, uma importante fonte de competitividade reconhecida no capitalismo contemporâneo” (TAUILLE e DEBACO, 2002, p. 62).

De acordo com Wellen (2008), podem-se problematizar algumas premissas sobre a ‘economia solidária’ a partir de dois movimentos centrais: a transmutação do valor de troca em solidariedade e a transformação de qualidades solidárias em mercadorias. O primeiro ponto remete ao fato da ‘economia solidária’ preconizar o

uso do capital como uma escolha individual, promovendo uma visão mistificadora da atual fase do capitalismo. Nesta perspectiva, as vontades das pessoas são tratadas como independentes das determinações do capital, apelando-se a elas para que façam uso solidário do seu capital particular e ampliem, dessa forma, o projeto em questão. Posteriormente, com base em leitura crítica da tese de que essas organizações dispõem de autênticas qualidades subjetivas e que estas representam vantagens competitivas frente às empresas capitalistas, aponta-se para a mistificação do uso da solidariedade como diferencial competitivo. Essas posturas são tratadas como formas ideológicas e enganosas que servem para intensificar processos de alienação humana.

### 2.3 Microcrédito

Em todo o mundo as civilizações enfrentam problemas decorrentes a má distribuição de renda, gerando pobreza e desigualdades sociais. Pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza são invisíveis diante a sociedade (ROMÃO, 1982).

A percepção da pobreza como conceito relativo é uma abordagem de cunho macroeconômico, assim como o conceito de pobreza absoluta. A pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas (CRESPO e GUROVITZ, 2002).

Diante disso, surge a busca por modelos econômicos mais sociais e igualitários, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos menos favorecidos. Em meados dos anos 70, período de terrível desabastecimento e fome em Bangladesh, Índia, o professor de economia Mohammed Yunus da Universidade de Chittagong incomodou-se com o que via ao seu redor, pois que o *campus* da Universidade estava na área montanhosa do distrito de Chittagong, perto de Jobra, pequena aldeia onde seus habitantes viviam em extrema pobreza. O professor Yunus e alunos voluntários começaram a conviver com as famílias da aldeia de Jobra e assim, entender como poderiam auxiliá-los a saírem daquele estado de pobreza. Tendo em vista que a única fonte de renda na aldeia era a fabricação e venda de tamboretas de bambu. Para fabricá-los, pediam empréstimos aos agiotas com juros altíssimos. Assim foi fundado o primeiro banco de microcrédito, o Grameen Bank, que só em 1998 emprestara US\$2,3

bilhões a 2,3 milhões de famílias (YUNUS, 2001).

O modelo de microcrédito implantado pelo Grameen Bank na Índia foi adotado em vários países, inclusive no Brasil com o objetivo de erradicar a pobreza, facilitando a linha de crédito para empreendimentos formais e informais, através de grupos solidários, ou seja, pessoas que se unem voluntariamente assumindo responsabilidade igualitária pelas prestações do crédito solicitado.

Não existe consenso, na literatura específica, sobre os conceitos de microfinanças e microcrédito. Usualmente, define-se microfinanças como a oferta de serviços financeiros (crédito produtivo, crédito para consumo, poupança, seguro etc.) para a população de baixa renda que normalmente não tem acesso a esses serviços pelo sistema financeiro tradicional (BNDES, 2002; CGAP, 2016).

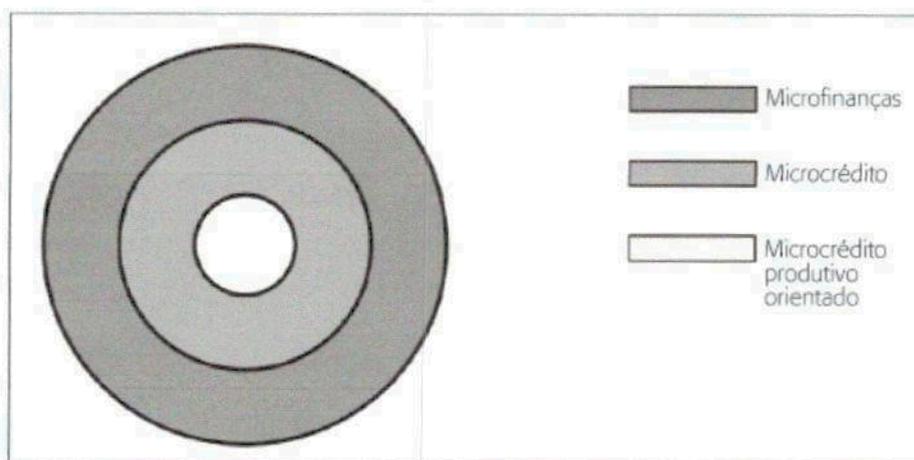
Bouman (1989) trata microfinanças por pequenos empréstimos, com as parcelas pagas em curto espaço de tempo, destinados essencialmente à população pobre, que possui pouquíssimos ativos para oferecer como colateral (garantia).

Já o microcrédito pode ser definido como todos os serviços financeiros para microempreendedores, excluindo-se o crédito para consumo. O Microcredit Summit (CGAP, 2016) o define como pequenos empréstimos à população muito pobre, para trabalhar por conta própria, permitindo gerar renda para seu sustento e de suas famílias. Já o microcrédito produtivo orientado é um crédito produtivo popular, com foco no financiamento a microempreendedores de baixa renda, para aplicação em sua atividade profissional (ALVES e SOARES, 2004; BNDES, 2002).

Em termos gerais, o microcrédito produtivo orientado é um crédito especializado para um determinado segmento da economia: os micros e pequenos empreendimentos, formais e informais. Destina-se a negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda, e não se destina a financiar o consumo (ALVES e SOARES, 2004).

Dessa maneira, o acesso a essa modalidade creditícia torna-se uma oportunidade para o desenvolvimento dos pequenos negócios, levando a uma melhoria da capacidade de consumo da unidade familiar por meio da geração de renda (CHIAVENATO, 1999). Uma representação gráfica da estrutura das microfinanças no Brasil é apresentada na Figura 1.

**Figura 1.** Estrutura das microfinanças no Brasil.



Fonte: Alves e Soares, 2004.

O CrediAMIGO faz parte do Crescer - Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal - uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre. Criado em 1998, o CrediAMIGO fez do Banco do Nordeste o primeiro banco público do Brasil a ter um modelo de atuação voltado exclusivamente para o microcrédito. O Programa é operacionalizado pelo Instituto Nordeste Cidadania – INEC, e têm o objetivo de facilitar o acesso ao crédito à milhares de empreendedores pertencentes ao setor formal ou informal, que desenvolvem atividades relacionadas à produção, comercialização de bens e prestação de serviços (SOARES *et al.*, 2011).

O CrediAMIGO faz parte do Crescer - Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal - uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre. O Programa estimula a formação de grupos solidários, no qual todos respondem pelo crédito, sendo cada empreendedor avalista do outro. E quem escolhe os componentes do grupo são os próprios empreendedores. Quem preferir não participar do grupo, pode também solicitar o crédito de forma individual. A metodologia do aval solidário consolidou o CrediAMIGO como o maior programa de microcrédito do país, garantindo a milhares de empreendedores o fortalecimento de sua atividade e a melhoria da qualidade de vida da família.

Desse modo o Programa CrediAMIGO, tem como missão contribuir para o desenvolvimento do setor microempresarial mediante a oferta de serviços financeiros e de orientação empresarial, de forma sustentável, oportuna e de fácil acesso, assegurando

novas oportunidades de ocupação e renda no Brasil. Sendo seus valores, a ética, confiança, inovação, responsabilidade social, superação, união e transparência (SOARES *et al.*, 2011).

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Localização da Pesquisa**

O município de Picuí está localizado na microrregião do Seridó Oriental Paraibano, possui as seguintes coordenadas geográficas: Latitude 6° 32' 50" Sul Longitude: 36° 21' 44" Oeste. Já o município de Frei Martinho localiza-se no Seridó Oriental Paraibano com Coordenadas: Latitude: 6° 24' 15" Sul Longitude: 36° 26' 55" Oeste. E o município de Barra de Santa Rosa situa-se na Microrregião do Curimataú Ocidental, possui as coordenadas: Latitude: 6° 43' 18" Sul Longitude: 36° 3' 46" Oeste.

O estudo foi realizado com grupos solidários, que acessam o microcrédito do CrediAMIGO/Banco do Nordeste, em Picuí/PB. Foram utilizados questionários procurando conhecer o perfil socioeconômico e grau de escolaridade dos mesmos.

#### **3.2 Público Alvo da Pesquisa**

O levantamento teve com o público alvo clientes que fazem parte de grupos solidários e acessam o Microcrédito do CrediAMIGO/Banco do Nordeste, Picuí - PB.

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, através da leitura e avaliação de artigos, sites da internet, revistas eletrônicas, etc. Dessa forma sendo possível ampliar os conhecimentos sobre Educação de Jovens e Adultos, Economia Solidária e Microcrédito.

Também foi realizada uma pesquisa de campo com características qualitativas e quantitativas com base em questionário semiestruturado, aplicado a 40 clientes do CrediAmigo.

Segundo Gil (1999), o questionário é a técnica de investigação composta por um numero mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito as pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma das novidades promissoras da economia solidária reside em suas possibilidades de superar o padrão de subordinação e de vulnerabilidade das formas típicas de economia dos setores populares, como a informalidade, as ocupações por conta própria, as microempresas e a agricultura familiar, e o microcrédito pode facilitar o ingresso das famílias neste tipo de economia. A entrevista por meio de um questionário (Apêndice 1) estruturado possibilitou uma caracterização do público que procura o microcrédito, sua escolarização e as finalidades de uso destes recursos financeiros.

Entre os dias 02 de dezembro de 2016 e 23 de janeiro de 2017 foram aplicados questionários com 10 grupos solidários que acessam o microcrédito do CrediAMIGO/Banco do Nordeste na cidade de Picuí, Paraíba. Os grupos eram compostos de 4 (quatro) integrantes, ao total 40 pessoas foram entrevistadas, sendo eles homens e mulheres. Em cada reunião no decorrer da aplicação dos questionários, foi feita uma explanação sobre o conceito de aval solidário e sobre a importância da Economia Solidária.

Dos 40 entrevistados, 29 eram do sexo feminino e 11 do sexo masculino, as idades entre 23 a 65 anos. Há evidências de que os empreendimentos geralmente são criados por mulheres, com o objetivo de complemento de renda, além de que se constata que a elevada média de idade dos clientes do microcrédito pode ter relação com as transformações ocorridas na economia brasileira nos últimos anos, resultando em uma reestruturação produtiva e organizacional capaz de causar precariedade nas relações de trabalho e crescente dificuldade de recolocação das pessoas desempregadas.

Devido à desigualdade de gênero presente no mundo, em que ainda de cada dez dos mais pobres seis são do sexo feminino, e que elas ainda representam 2/3 dos analfabetos (AGÉNOR e CANUTO, 2013), podemos afirmar que as mulheres, relativamente, constituem o gênero que mais busca oportunidade para sua família superar a pobreza e a fome (YUNUS, 2006, p.116).

A pesquisadora Walquiria Domingues Leão Rego (2010, p.7) explica que “as mulheres no mundo inteiro chegaram ao mundo dos direitos e da cidadania muito tardiamente”. Este fato elucidada a desigualdade de gênero observada acima. Como uma tentativa de reverter este quadro, muitos programas de microcrédito foram introduzidos com foco nas mulheres, como exemplo do próprio Banco Grameen e o Programa

Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil.

Em relação à escolaridade, destes, 05 eram analfabetos, não sabiam ler, nunca frequentaram a escola, mas sabiam assinar o nome, 18 não concluíram o ensino fundamental, 08 concluíram o ensino fundamental mais não deram continuidade para o ensino médio, 09 concluíram o ensino médio (Figura 2).

**Figura 2.** Escolaridade dos entrevistados.



**Fonte:** Dados da pesquisa (2017)

Conforme os dados apresentados na Figura 2 verifica-se que os empreendedores apresentam um baixo nível de escolaridade, pois 76% não terminaram o ensino médio. De acordo com estudo realizado por Benevides (2002), a escolaridade dos empreendedores é um dos fatores que tem influência no sucesso ou fracasso de seus negócios.

A baixa escolaridade e o acesso ao microcrédito é um reflexo que a fonte de renda da maioria é provida de uma atividade empreendedora, tendo em vista que a falta de escolaridade inviabilizou o acesso ao mercado de trabalho e consequentemente o acesso a créditos em Instituições financeiras convencionais.

Os entrevistados conheceram o CrediAMIGO através de conhecidos que já haviam acessado a linha de crédito. Nessa distribuição dos clientes por setor de atividade econômica, destaca-se a atividade de comércio, o que pode ser justificada pelo fato dos empreendimentos serem de pequeno porte, já que este segmento exige menos investimentos, menos qualificação em relação ao setor de serviços e menor estrutura

física, e podem ser administrados na própria residência do empreendedor. Para 25 entrevistados, o CrediAMIGO tem representado uma alternativa para tirá-los do sufoco em momentos que estão endividados, com contas em atraso no supermercado, cartão de crédito, parcelas em lojas de móveis, dentre outros. Oito responderam que o crédito é investido totalmente na atividade comercial, ou seja, como capital de giro, sete responderam que investem uma parte do crédito em capital de giro e outra parte pagam contas diversas.

Com relação ao acesso ao crédito em outras instituições financeiras, 12 entrevistados possuem empréstimos (CDC ou Consignados), em outros bancos, 20 tentaram acessar crédito em outras instituições, mas não conseguiram, pois consideraram burocrático, apenas 8 nunca procuraram outros bancos. Sendo assim, pode-se verificar que o acesso ao crédito em instituições convencionais, pelo arcabouço burocrático que as regem e pela modalidade de garantias estabelecidas, tem sido inviabilizado para os microempreendedores, em partes por não conseguirem atender a estas exigências.

Em artigo publicado pela Rede de Informações do Terceiro Setor (RITS), o autor Paulo MARTINS argumenta ser o acesso ao microcrédito um direito essencial dos cidadãos brasileiros. Para fundamentar seu argumento, cita que a Constituição Federal do país estabelece, como um dos pressupostos do Estado de Direito no país, o combate a toda sorte de exclusão social e a garantia de insumos materiais e direitos (subjctivos) a todo indivíduo. Ele argumenta que:

*“O acesso ao crédito, da mesma forma que o acesso ao meio de telecomunicação, se não configura-se imediatamente como um dos direitos pétreos, são parcelas essenciais da existência daqueles.   uma das fronteiras que, se não forem transpostas, impedirão ao indivíduo e   sociedade como um todo o gozo de seus direitos fundamentais, a garantia da constitui o e manuten o de um "patrim nio cidadão mínimo". (MARTINS, 2002).*

A metodologia do aval solidário   entendida pelos entrevistados como sendo a forma o de um grupo de no mínimo 3 pessoas com pequenas atividades comerciais, que necessitam de capital de giro e confiam umas nas outras, tendo em vista que assumirão responsabilidades pelos créditos de todo o grupo. Apesar da ciência com rela o a metodologia do crédito, os mesmos alegam que em caso de um componente do grupo não cumprir com o pagamento das parcelas, não pretendem cobrir divida de terceiros.

Ao se tratar de Economia Solidária, 32 entrevistados (80%) acreditam que o

microcrédito do CrediAMIGO é uma economia solidaria porque permite o acesso ao crédito de forma desburocratizada, que a solidariedade é o fator primordial para formação dos grupos, pois os membros são escolhidos de forma democrática. 8 entrevistados (20%) acreditam que o CrediAMIGO não tem nada de Economia Solidária, é apenas um empréstimo como outro, que em quanto mais pessoas acessam mais lucro é gerado para o banco.

Acredita-se que o microcrédito do CrediAmigo, tem fortes características de uma pratica de Economia Solidária, pois ganha espaço no combate a desigualdade social a partir do momento que homens e mulheres com baixa escolaridade tem acesso a um crédito desburocratizado, caracterizando-se como uma inclusão socioeconômica. Essa economia é organizada de forma democrática, pois os grupos solidários são formados pelos próprios componentes em um processo auto-seletivo.

Os grupos solidários são formados por pessoas que geralmente não se inseriram no mercado de trabalho, pois não atendiam as exigências de qualificação que o modelo capitalista exige. Tais cidadãos enxergam o microcrédito como uma alternativa de geração de renda e sobrevivência, pois a finalidade do microcrédito do CrediAmigo é capital de giro para ser aplicado/investido em uma atividade empreendedora que possa trazer rentabilidade. Apesar de alguns clientes que acessam desviar o credito para finalidades inadequadas, como pagar contas.

De acordo com a II Conferência Nacional de Economia Solidária, no documento intitulado de Moções:

*Há tempos o desemprego deixou de ser um problema econômico para se tornar um dos mais urgentes e graves problemas sociais. Diante desse quadro, desenvolveu-se um recente e complexo movimento social: A Economia Solidária. Fruto da organização de trabalhadores na construção de novas relações econômicas e sociais que, por meio de iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Segundo o levantamento do Sistema Nacional de Economia Solidária, realizado em 2007, os empreendimentos solidários ligados a Economia Solidaria perfazem o total de 21.859, com mais de um milhão de trabalhadores envolvidos. (...) (II CONAES, 2010, p.10).*

Neste contexto, a Economia Solidária aparece como uma alternativa viável, que surge como contrapartida ao capitalismo vigente, buscando diminuir a exclusão social e a miséria que assolam as diversas regiões do país e do mundo.

De acordo com a I Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em Brasília de 26 a 29 de junho de 2006 e que teve como tema “Economia Solidaria como Estratégia e Política de Desenvolvimento”, a Economia Solidaria foi caracterizada da

seguinte forma:

*A Economia Solidaria se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lucida e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital. Esta prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário a informação, ao conhecimento e a segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. (I CONAES, 2006, p.02).*

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geração de emprego e renda tem sido uma dificuldade por parte de instituições governamentais e da sociedade civil organizada em várias regiões do Brasil, e as causas explicitadas gravitam em torno de questões como distribuição de renda desproporcional, limitações quanto à formação educacional da população, entre outros motivos que historicamente vêm sendo discutidos. É fato que os efeitos das dificuldades em torno do acesso à renda têm mobilizado o governo federal brasileiro. Dentre estas iniciativas, tem-se a oferta do microcrédito através do Banco do Nordeste, no programa CrediAMIGO.

Notamos que o programa CrediAMIGO representa uma oportunidade justamente para a população de baixa escolaridade, tendo em vista a facilidade e ampliação do acesso ao crédito de forma desburocratizada, reflete a inclusão social e geração de renda e trabalho.

Desse modo, o microcrédito e a Economia Solidária têm um papel muito importante para o desenvolvimento, ganhando espaço prioritário para atingir as necessidades e carências de empregos, podendo gerar um desenvolvimento que eleva a qualidade de vida da população local de Picuí, permitindo acessos a serviços e oportunidades, até então desconhecidas, ainda que necessárias, para a satisfação das necessidades básicas.

Através das respostas do questionário, percebem-se as mudanças ocorridas nos relacionamentos, no aumento da autoestima, no desenvolvimento de potencialidades latentes e dinamismos, mesmo que o acesso ao dinheiro se dê, sobretudo por homens e mulheres empobrecidos e com grande índice de analfabetismo e baixa escolaridade. O aumento da autoestima é um dos impactos observados na relação desses sujeitos, como também o direito de maior cidadania dessa população antes marginalizada por um modelo excludente de acesso a crédito.

## 6 REFERÊNCIAS

- AGÉNOR, P. R.; CANUTO, O. *Gender Equality and Economic Growth in Brazil*. Economic Premise 109, Washington, DC: Banco Mundial, 2013.
- ALVES, S. D. S.; SOARES, M. M. *Democratização do crédito no Brasil e atuação do Banco Central*. Brasília: Bacen, 2004.
- ARROYO, M. G. *Educação como Exercício de Diversidade*. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. UNESCO/MEC/ANPED, 2007, p. 19-50.
- BARONE, F. M.; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. *Rev. Adm. Pública*, vol. 42, nº 6, 2008.
- BENEVIDES, S. *Empreendedorismo: assim se faz o futuro*. Brasília: Rumos, p. 26-33, 2002.
- BNDES. Microcrédito: avaliação da eficiência de instituições microfinanceiras. *Informe*, nº 43, Rio de Janeiro, 2002.
- BOUMAN, F. J. A. *Small, short and unsecured: informal rural finance in India*. New Delhi: Oxford University Press, 1989.
- CGAP (CONSULTATIVE GROUP TO ASSIST THE POOR). *About microfinance*. Disponível em: <[www.cgap.org/portal/site/CGAP/menuitem](http://www.cgap.org/portal/site/CGAP/menuitem)>. Acesso em: 13 out. 2016.
- CHIAVENATO, I. *Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 01, 2006, Brasília. **Documento Final**, 2006. 26 p.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 02, 2010, Brasília. Moções. Brasília, 2010. 19p.
- CRESPO, A. P. A; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE – Eletrônica*, vol. 1, nº 2., p. 1-12, 2002.
- CURY, C. R. J.; BAIA HORTA, J. S.; FÁVERO, O. *A relação educação – sociedade – estado pela mediação jurídico constitucional*. In: FÁVERO, O. (org). *A educação nas constituintes Brasileiras 1823 – 1988*. 2. ed. São Paulo. Autores Associados, p. 5-30, 2001.
- DEFOURNY, V. *Valorizar a educação de jovens e adultos*. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 3, 22 de março de 2009.

FRIEDRICH, M.; BENITE, A. M. C.; BENITE, C. R. M.; PEREIRA, V. S. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. *Ensaio - Aval. Pol. Públ. Educa.*, vol. 18, nº 67, p. 389-410, 2010.

GADOTTI, M. Educação de adultos como direito humano. *EJA em Debate*, p. 12-29, 2013.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUTIERREZ F. (Orgs). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, p. 34-58, 1993.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARTINS, P. H. *A regulamentação da área de microfinanças*. 2002. Disponível em: [http://www.rits.org.br/legislacao\\_teste/lg\\_testes/lg\\_tmes\\_abril2002.cfm](http://www.rits.org.br/legislacao_teste/lg_testes/lg_tmes_abril2002.cfm). Acessado em 01.02.17

NERI, M. C.; MEDRADO, A. L. Experimentando Microcrédito: Uma Análise do Impacto do CrediAMIGO sobre Acesso a Crédito. *Ensaio Econômico*, nº 608, 2005.

OLIVEIRA, M. K. *Educação como Exercício de Diversidade. Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem*. Brasília: UNESCO/MEC/ANPED, 2007, p. 61-83.

PAIVA, J. *Educação de Jovens e Adultos: concepções e sentidos*. Niterói: Editora da UFF, 2005.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In GADOTTI, M.;

REGO, W.D.L. **Política de Cidadania no Governo Lula. Ações de Transferência Estatal de Renda: o caso do Programa Bolsa Família**. Temas y Debates, nº 20, p. 141-155. Argentina: UNR, 2010.

ROMÃO, M. E. C. Considerações sobre o conceito de pobreza. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 36, nº 4, p. 355-370, 1982.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A Economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, p. 267-286, 2000.

SOARES, R. B.; BARRETO, F. A.; AZEVEDO, M. T. Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito: o caso dos clientes do CrediAMIGO. *Estud. Econ.*, vol. 41, nº 1, 2011.

TAUILLE, J. R.; DEBACO, E. S. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. *VVAA. Economia Solidária*, vol. 1, 2002.

VERONESE, M. V.; GUARESHI, P. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil parca da psicologia social crítica. *Revista Psicologia & Sociedade*, vol. 17, nº 2, p. 58-69, 2005.

WELLEN, H. A. R. Contribuição à crítica da 'economia solidária'. *Revista katálysis*, vol. 11, nº 1, p. 105-115, 2008.

YUNUS, M. *O Banqueiro dos Pobres*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001. 343p.

YUNUS, M. *O Banqueiro dos Pobres*. São Paulo: Ática, 2006.

## APÊNDICE

### Questionário Aplicado

Ministério da Educação  
Universidade Federal de Campina Grande  
Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários  
Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em  
Economia Solidária no Semiárido Paraibano

#### QUESTIONÁRIO PARA SER APLICADO EM GRUPO

1- SEXO: FEMININO ( ) MASCULINO ( )

2- QUAL SUA IDADE \_\_\_\_\_

3- SUA ESCOLARIDADE

( ) analfabeto

( ) alfabetizado

( ) ensino fundamental completo

( ) ensino fundamental incompleto

( ) ensino médio completo

( ) ensino médio incompleto

4- COMO CONHECEU O CREDIAMIGO?

---

---

---

---

5- O QUE O MICROCRÉDITO REPRESENTA PARA VOCÊ?

---

---

---

---

6- MUDOU ALGUMA COISA EM SUA VIDA, APÓS O ACESSO AO MICROCRÉDITO?

---

---

---

---

7 – VOCÊ JÁ TINHA TIDO ACESSO A ALGUMA LINHA DE CRÉDITO EM OUTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA?

---

---

---

---

---

8 – QUAL A SUA FINALIDADE DE ACESSO AO MICROCRÉDITO?

---

---

---

---

---

---

9- O QUE VOCÊ ENTENDE SOBRE AVAL SOLIDÁRIO?

---

---

---

---

10 – APÓS A EXPLICAÇÃO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA VOCÊ CONSIDERA O MICROCRÉDITO/CREDIAMIGO UMA FORMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA?

---

---

---

---